

**A IDENTIDADE SOCIAL DA COMUNIDADE LGBT:
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA AÇÕES
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Karine Ribeiro de Moraes (UENF)

karine.morais8@gmail.com

Jefferson Queiroz de Sousa (UNESA)

jfqsousa@hotmail.com

Letícia Gomes Alvarenga (UENF)

leticia.galvarenga@hotmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

shirlena@uenf.br

RESUMO

A Sociolinguística Histórica tem como objeto de estudo os fenômenos de variação e mudança linguística em seu contexto social, cultural e histórico. Os estudos sociolinguísticos de vertente variacionista buscam se desenvolver a partir das categorizações sociais dos falantes: seu sexo e/ou seu gênero, sua faixa etária e/ou condição socioeconômica. Além de um conjunto de fenômenos linguísticos, a construção de uma identidade não se desenvolve por vontade consciente dos indivíduos, visto que as identidades não podem ser vistas como categorias estáveis e autorreguladas, mas como um processo amplo que sofre interferências de um grupo social. O estigma associado às variações linguísticas de uma comunidade é um dos fatores de discriminação e inferiorização do indivíduo e de toda uma classe social, incluindo sua história e sua cultura. A comunidade LGBT trata-se de um grupo vulnerável, que enfrenta diariamente, em todos os espaços sociais, a LGBTfobia, encontrando assim nos fenômenos linguísticos amparo para fortalecer sua identidade social. Nesse sentido, o presente trabalho busca investigar, mediante pesquisa qualitativa, realizada a partir de revisão bibliográfica, como os estudos da formação identitária na perspectiva da sociolinguística podem contribuir para ações de políticas públicas na inclusão da comunidade LGBT. Esperamos contribuir com o debate do tema na academia, visando fomentar a discussão e promover inclusão das minorias sexuais.

Palavras-chave:

LGBT. Sociolinguística. Identidade Social.

ABSTRACT

Historical Sociolinguistics has as object of study the phenomena of linguistic variation and change in its social, cultural and historical context. Sociolinguistic studies of variationist aspect seek to develop from the social categorizations of the speakers: their gender and/or gender, their age group and/or socioeconomic status. In addition to a set of linguistic phenomena, the construction of an identity does not develop by the conscious will of individuals, since identities cannot be seen as stable and self-regulated categories, but as a broad process that suffers interference from a social group. The stigma associated with the linguistic variations of a community is one of the factors of

discrimination and inferiorization of the individual and of an entire social class, including its history and culture. The LGBT community is a vulnerable group, which faces LGBTphobia on a daily basis, thus finding language phenomena to strengthen its social identity. In this sense, the present work seeks to investigate, through qualitative research, carried out from a bibliographic review, how studies of identity formation from the perspective of sociolinguistics can contribute to public policy actions in the inclusion of the LGBT community. We hope to contribute to the debate on the subject in academia, aiming to foster discussion and promote the inclusion of sexual minorities.

Keywords:

LGBT. Sociolinguistics. Social Identity.

1. Introdução

Os estudos sociolinguísticos têm se dedicado à compreensão dos mais variados usos da língua, além de proporcionar, o mapeamento e o reconhecimento de variados processos de variação e mudança linguística. Neste sentido, observamos uma demanda de investigar as variadas práticas linguísticas, as quais se constituem a partir de uma pluralidade de falantes e comunidades. Desta forma podemos perceber de que modo e em qual aspecto alguns fatores ideológicos – configurados pela padronização social e homogeneidade linguística – têm se formado a autoridade de alguns recursos linguísticos em desfavor da estigmatização de outros.

A linguagem pode ser vista como algo íntimo, uma vez, que representa a subjetividade de um indivíduo. Para que a comunidade em geral tenha uma percepção das práticas linguísticas de grupos estigmatizados, se faz necessário, o estudo de atitudes linguísticas de comunidades como a LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual).

Essa forma de julgamento social derivada de uma subjetividade de um determinado indivíduo pertencente a um grupo social tido como minoria pode se multiplicar em inúmeras formas de subjulgar e diminuir socialmente aquele grupo. Enquanto sociedade é importante reconhecer a existência dessas ofensas e a classificação da LGBTfobia, tal como as ações públicas que compreendam os aspectos da linguagem.

Com o intuito de refletir sobre a identidade social da comunidade LGBTQIA+ à luz da sociolinguística, realizamos a presente pesquisa através de uma revisão da literatura com abordagem qualitativa e não sistemática da literatura, realizando pesquisas organizadas nas plataformas de buscas: Google Acadêmico e Scielo. Inicialmente foram pré-selecionados artigos sobre a formação identitária na perspectiva da sociolinguística e ações de políticas públicas para a inclusão da comunidade LGBT. Foram

excluídos artigos que abordaram superficialmente o tema proposto.

2. *Fatores sociolinguísticos que contribuem para a formação identitária da comunidade LGBTQIA+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual e mais)*

A construção de sentidos para um indivíduo ocorre dentro de uma matriz cultural e ideológica, na qual ele não possui controle. Logo, a identidade não é um atributo pessoal, ela é um recurso de criação de sentidos que necessita ao mesmo tempo do individual e do coletivo (Oushiro, 2019), desta forma, compreender a formação identitária da comunidade LGBTQIA+ perpassa não só pelos atributos que eles se identificam, mas também pelas características que advém da cultura que esta comunidade está inserida.

Ribeiro (2021) afirmar que os usos linguísticos dentro das comunidades tendem a indicar significados sociais que demonstram uma relação íntima entre língua e identidade, que aparecem nos estilos individuais de cada sujeito. Para a Sociolinguística, deve ser olhar os aspectos internos e externos a respeito do signo linguístico. De acordo com (Souza-Silva, [s.d.]) a vertente mais reconhecida, a varicionista, estuda as influências extralinguísticas em busca da estrutura linguística, levantando inúmeros fatores para estabelecer a variação e a mudança das línguas. Dessa maneira, é possível reconhecer não só a sistemática das línguas, como também suas relações pragmáticas, considerando a importância dos falantes e em como (re)configuram a língua, trazendo funcionalidade e exercendo sua função de mantenedores da língua ávida.

Ao abordar o conceito de identidade, temos que considerar uma negociação interna, onde o indivíduo não cria uma identidade nova para si, antes que ela seja construída coletivamente e aprovada socialmente (Cf. OUSHIRO, 2019). O significado social da forma que uma pessoa se expressa é construído pelos ciclos sociais mais íntimos (família e amigos) como também em um nível mais abrangente e mais abstrato construído pela cultura dominante da comunidade a qual ele pertence.

A construção das identidades sociais é um processo dinâmico no qual, passa por momentos de desestabilização sobre os quais as performances de gênero ou sexuais se constituem como predominantes dentro do padrão hetero-normativo (Cf. RIBEIRO, 2021). Dessa forma, cada sujeito, inserido em dado contexto e sociedade, constrói sua sexualidade e a

expressa socialmente a partir de suas experiências individuais.

Souza-Silva (2022) afirma que a relação entre linguagem, manifestações linguísticas e socioculturais surgem tanto de fatores linguísticos quanto sociais, abrindo-se a possibilidade de uma abordagem mais abrangente. Corroborando com a ideia de Severo (2015), no qual, propõem a articulação entre língua e identidade (de gênero, por exemplo) deve considerar a complexidade que envolve a indexação de significados identitários aos usos linguísticos, a forma de circulação desses usos e significados, e as formas de recepção desses significados.

Souza-Silva (2022) aponta para o efeito performático, dos sujeitos LGTQIA+ como uma forma de ir contra as violências às suas identidades. Ao estilizar a linguagem, esta se torna um símbolo de resistência diante das relações desiguais estabelecidas pela comunidade. Severo (2015) esclarece que o significado da variação linguística não é dado, mas construído tanto pelas relações dos sujeitos com os seus pares, como também as maneiras de ligação dos sujeitos a uma dimensão social mais ampla. O significado social e estilístico de uma variável vai ser formado pelo sujeito a partir da apreciação social e automonitoramento, ou seja, pela forma que o sujeito vai se sentir aprovado pela sociedade.

3. *Ações de políticas públicas para a inclusão da comunidade LGBTQIA+*

O termo diversidade se origina do latim *diversitas*, e faz referência à oposição, aquilo que diverge, coisa que não é comum entre dois ou mais, sendo o conceito bem amplo.

Segundo Silva (2018), a diversidade tem como um parâmetro o que se difere de homem branco, sem deficiências e heterossexual. Sendo assim, mulheres, pretos, pardos, homossexuais, transexuais e pessoas com algum tipo de deficiência estaria presente na categoria de diversidade.

É importante discutir sobre diversidade, pois historicamente às diferenças estabelecidas entre os indivíduos da sociedade muitas vezes são fatores que determinam acessos a privilégios ou prejuízos, lugar de poder ou exclusão, superioridade ou inferioridade, disparidade e desigualdade. (Cf. PENA; CUNHA, 2017).

Nesse contexto, verifica-se que a comunidade LGBTQIA+ se insere no universo da diversidade e conseqüentemente tendem a sofrer as

consequências de não pertencerem ao padrão estabelecido como referencial social aceitável.

Também é considerado como diversidade o comportamento de cada indivíduo, que possui influência direta na identidade individual de cada ser humano (Cf. SILVA, 2018).

A identificação dos indivíduos pertencentes a esse grupo tido como minoria oportuniza o esclarecimento e a visibilidade dessas pessoas, sobretudo no que se refere à idealização, desenvolvimento e disponibilização de políticas públicas que objetivam a discriminação positiva dos seus membros.

Com base nos estudos de Bartoletto (2019), o quadro abaixo apresenta a definição de cada termo da sigla LGBTQIA+, tendo cada letra à representação de uma parte da comunidade.

L, Lésbica, Mulher cuja orientação sexual e afetiva é voltada para pessoas do mesmo gênero;
G, Gay, homem cuja orientação sexual e afetiva é voltada para outros homens;
B, Bissexual, pessoa cuja orientação sexual e afetiva é voltada para pessoas do mesmo gênero e de outros gêneros, ou independentemente de gênero;
T, Transexual, pessoa cuja identidade de gênero é diferente do sexo atribuído no nascimento;
Q, <i>Queer</i> , pessoas cujo gênero, identidade de gênero, orientação sexual ou expressão de gênero não se limita a uma definição;
I, Intersexual, pessoa que nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino;
A, Assexual, Pessoa caracterizada por sentimentos em vários graus de atração ou desejo sexual.

A partir da identificação, da visibilidade da comunidade LGBTQIA+ e o reconhecimento de suas demandas sociais, as Ações Afirmativas devem ser desenvolvidas para oportunizar a busca pela igualdade de oportunidades e condições de permanência nos espaços educacionais, profissionais e consequentemente nos espaços de poder e representatividade (Cf. AMARAL, 2019).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reforça que todos, sem distinção de raça, sexo, cor, língua, religião, opinião política ou qualquer outra condição, tem a capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidas na mesma (Cf. OLIVEIRA, 2019).

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988, estabelece em seus diversos artigos, normas que instituem a igualdade entre todos, ressalta a dignidade da pessoa humana, a solidariedade e a promoção

do bem, de todos, sem preconceitos ou outras formas de discriminação (Cf. BRASIL, 1988).

Destaca-se algumas políticas públicas voltadas para a promoção da equidade, dignidade da pessoa humana e igualdade de direitos entre os indivíduos pertencentes a comunidade LGBTQIA+, como a Lei nº 12.852/13 que institui o Estatuto da Juventude, o qual aborda a temática de gênero, orientação sexual e diversidade e a Lei nº 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional da Educação, dando ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Temos ainda a Resolução CNCD/LGBT nº 12/15 que estabelece parâmetros para garantia do acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais aos sistemas de instituição de ensino, formulando orientação quanto ao reconhecimento da identidade de gênero pela instituição e sua operacionalização, assim como, o Decreto Federal nº 8.727/16 que dispõe sobre o reconhecimento do nome social e da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal.

Outro importante marco da garantia dos direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil foi o reconhecimento da discriminação em virtude de sua sexualidade e/ou identidade de gênero ser considerada crime em 13 de junho de 2019, discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e no Mandado de Injunção nº 4.733, onde a homofobia e a transfobia se equipararam ao crime de Racismo.

Juntamente com a produção cultural e as técnicas da sociolinguística, o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a inclusão dos membros da comunidade LGBTQIA+ se mostram como melhor caminho para a promoção da equidade e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. A promoção da cidadania não deve ser apenas um conjunto de direitos formais, deve refletir na incorporação de indivíduos e grupos no contexto social e deve ser parte integrante do discurso de cidadania no debate jurídico, acadêmico e nas políticas públicas (Cf. OLIVEIRA, 2019).

4. Resultados e Discussão

Olhar para a problemática da inserção social é levantar os aspectos que garantam a cidadania, prevenção a violação de direitos e acesso a

políticas públicas da comunidade LGBTQIA+, que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade.

Ao buscar valorizar a cultura de uma comunidade é preciso olhar para forma como ela se expressa, ou seja, os usos linguísticos e aspectos identitários que a constituem. Os traços linguísticos que levam significados sociais e identitários careceriam de ser “aprovados” não somente pelos próprios sujeitos, mas igualmente por outros sujeitos e pelas instituições (Cf. SEVERO, 2015).

Ver a Sociolinguística de um ponto de vista sociopolítico, é direcionar as práticas linguísticas a comunidades específicas, como é o caso da comunidade LGBTQIA+. Assim, Souza-Silva (2022), afirma ser possível trazer a discussão de conceitos como identidade, gênero, sexualidade e performatividade, uma vez que a Sociolinguística, estende o seu interesse pelas práticas linguísticas protagonizadas por sujeitos vulneráveis.

Ampliar as possibilidades de inclusão social é compreender que identidade e gênero são categorias que evidenciam o sexo biológico apenas, e não obrigatoriamente a forma que as pessoas se identificam em seu dia a dia (Cf. OUSHIRO, 2019).

Severo (2015) ressalta a importância em considerar a construção da relação entre identidade e língua, não somente a dimensão local de anexação dos significados identitários, as formas de circulação social e midiática desses significados, como também as diversas formas como tais significados são interpretados e ressignificados pelos sujeitos. Na prática os valores pejorativos, depreciativos ou positivos variam dentro de comunidades como em ciclos sociais íntimos. Dentro dessa realidade entre a língua e linguagem que nos construímos enquanto seres heterogêneos. O que é exemplificado por Souza-Silva (2022), ao afirmar que tal como pela realidade da própria linguagem, como pela imersão psíquica na qual nos encontramos, é possível o surgimento de diferentes formas de produção de sentido, seja consciente ou inconscientemente.

5. Considerações finais

Uma forma de proporcionar a compreensão das variações linguísticas é a utilização de textos como letras de música, notícias de jornal, recursos de áudio e vídeo, e outros que demonstrem as variações sendo utilizadas como recurso para a construção de sentido ou como uma ferramenta para caracterizar um tipo de personagem em dada obra, que pode vir a

colaborar para o despertar da consciência no uso das variantes linguísticas e possibilitar que eles utilizem várias formas, segundo a circunstância e o contexto de comunicação.

A partir da pesquisa realizada, resta claro que juntamente com a produção cultural e as técnicas da sociolinguística, o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a inclusão dos membros da comunidade LGBTQIA+ se mostram o melhor caminho para a promoção da equidade e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Direitos Humanos e Educação: diálogos interdisciplinares. In: COSTA, C.E. da F.; GUIMARÃES, D.N. (Orgs). *Ações afirmativas na educação: promoção de direito e justiça*. Campos dos Goytacazes-RJ: Brasil Multicultural, 2019.

BORTOLETTO, G. E. *LGBTQIA+ : identidade e alteridade na comunidade*. São Paulo: USP, 2019.

BRASIL. Lei Ordinária nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação direta de inconstitucionalidade por omissão 26 distrito federal. Relator min. Celso de Mello*. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>. 20 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos. Direitos Humanos e Educação: diálogos interdisciplinares. In: COSTA, C.E. da F.; GUIMARÃES, D.N. (orgs.). *Gênero e diversidade no âmbito da educação na perspectiva dos Direitos Humanos*. Campos dos Goytacazes-RJ: Brasil Multicultural, 2019.

OUCHIRO, L. Conceitos de identidades e métodos para seu estudo na sociolinguística. *Estudos Linguísticos e Literários*, 63,304, 2019.

PENA, F. G.; CUNHA, C. L. Diversidade nas organizações: um estudo sobre políticas e práticas empresariais. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Administração. 6, 2017, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: ANPAD, 2017. p. 1-9

SEVERO, C.G. Sobre o Significado Identitário na Sociolinguística: A Construção do Gênero. In: FREITAS, R.N.K.; SEVERO, C.G. *Mulheres Linguagem e Poder – Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*. São Paulo: Edgard Blucher, 2015. p. 75-90

SILVA, R. D. V. S. Diversidade nas empresas brasileiras: motivações e estratégias. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 25f.

SOUZA-SILVA. A. L. *Sociolinguística com foco na comunidade LGBTQIA+ : atitude, identidade e estigma*. 191, 2022.

RIBEIRO, A. B. O. Usos linguísticos de um grupo de lésbicas e gays: questões de identidade e estilo discutidas em entrevista dirigida. *Working Papers em Linguística*, v. 22, n. Especial, p. 302-26, 13 set. 2021.